

PROJETO DE LEI Nº , DE 2010

(Do Sr. Fábio Faria)

Altera o art. 17 do Código de Processo Penal, e o art. 24 do Código de Processo Penal Militar, para dispor sobre vedações à divulgação das informações que especifica e dá providências correlatas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei altera o art. 17 do Decreto-lei n. 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, e o art. 24 do Decreto-lei n. 1.002, de 21 de outubro de 1969 – Código de Processo Penal Militar, para dispor sobre vedações à autoridade policial ou militar e seus agentes ou subordinados, incluindo a divulgação de técnicas investigativas e o proveito obtido pelos delinquentes, estendendo-as aos demais agentes políticos e agentes públicos integrantes do sistema de persecução criminal.

Art. 2º O art. 17 do Decreto-lei n. 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 17. A autoridade policial não poderá:

I – mandar arquivar autos de inquérito ou de termo circunstanciado;

II – pessoalmente ou por seus agentes divulgar à imprensa:

a) a técnica investigativa utilizada, bem como o modo de operação do infrator;

b) o valor estimado do produto da infração penal ou do proveito obtido pelo infrator, salvo as referências a origem, qualidade e quantidade.

Parágrafo único. Não se aplica o disposto no inciso II, quando a divulgação se der em evento ou produção acadêmicos ou implicar alerta preventivo à população. (NR)”

Art. 3º O art. 24 do Decreto-lei n. 1.002, de 21 de outubro de 1969 – Código de Processo Penal Militar, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 24. A autoridade militar não poderá:

I – mandar arquivar autos de inquérito policial militar, embora conclusivo da inexistência de crime ou de inimizabilidade do indiciado;

II – pessoalmente ou por seus subordinados divulgar à imprensa:

a) a técnica investigativa utilizada na apuração do crime militar, bem como o modo de operação do infrator;

b) a técnica investigativa utilizada na apuração de infração penal pela polícia federal ou civil ou o modo de operação do infrator, dos quais tenha tido conhecimento em razão da função de preservação da ordem pública;

c) o valor estimado do produto da infração penal ou do proveito obtido pelo infrator, salvo as referências a origem, qualidade e quantidade.

Parágrafo único. Não se aplica o disposto no inciso II, quando a divulgação se der em evento ou produção acadêmicos ou implicar alerta preventivo à população. (NR)”

Art. 4º O disposto nesta lei aplica-se, no que couber, a todos os agentes políticos e agentes públicos integrantes dos órgãos e entidades encarregados da persecução criminal, ainda que transitória ou eventualmente ou a título de exercer função pública, nos termos do art. 357 do Decreto-lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

É comum, após as investigações ou operações policiais, a divulgação, pela imprensa, de detalhes acerca das técnicas investigativas e do *modus operandi* dos delinquentes. Essa divulgação é duplamente prejudicial à prevenção geral resultante da persecução criminal. Por um lado, alerta aos infratores sobre a forma de atuação policial, levando-os a se especializarem cada vez mais na burla aos mecanismos de prevenção e repressão. Por outro, induz potenciais delinquentes à reprodução da atividade criminosa, utilizando a técnica “ensinada” pela própria polícia.

Uma das formas mais comuns de se augar a cobiça dos moralmente deficientes é a divulgação de quanto determinada quantidade de droga apreendida poderia render ao traficante. Essa prática só estimula a entrada de novos profissionais do tráfico na ilícita mercancia.

Por essas razões é que propusemos a alteração do art. 17 do CPP, o qual dispunha apenas sobre a proibição de a autoridade policial mandar arquivar autos de inquérito. Assim, incluímos, num inciso, essa disposição, albergando, também, oportunamente, o termo circunstanciado, nova espécie procedimental trazida pela Lei n. 9.099/1995, que dispõe sobre os juizados especiais. No inciso II propomos, distribuídos em duas alíneas, a vedação de divulgação à imprensa da técnica investigativa utilizada, bem como o modo de operação do infrator; e do valor estimado do produto da infração penal ou do proveito obtido pelo infrator, salvo as referências a origem, qualidade e quantidade. A fim de evitar se engessem as informações, incluímos um parágrafo único ao artigo, ressaltando a aplicação do disposto no inciso II, quando a divulgação se der em evento ou produção acadêmicos ou implicar alerta preventivo à população. Consideramos essa disposição adicional importante, na medida em que o alerta da polícia pode evitar que pessoas incautas sejam vítimas dos golpes engendrados pelas mentes criminosas.

